

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Juliano Del Gobo
(Organizador)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Juliano Del Gobo
(Organizador)

A Psicologia Frente ao Contexto Contemporâneo

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P974 A psicologia frente ao contexto contemporâneo [recurso eletrônico] /
Organizador Juliano Del Gobo. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2018. – (A Psicologia Frente ao Contexto
Contemporâneo; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-016-2

DOI 10.22533/at.ed.162181912

1. Psicologia. 2. Psicologia e sociedade. 3. Pessoas – Aspectos
sociais. I. Gobo, Juliano Del. II. Série.

CDD 150

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O termo psicologia deriva da união das palavras gregas “psiché” e “logos”, traduzidas como o estudo da alma, mas apesar de suas origens terem raízes tão antigas como as primeiras hipóteses e teorias sobre o funcionamento psicológico. Ao longo de sua história, a psicologia esteve situada no campo da metafísica, em torno de interesses relacionados à essência do ser humano, a partir de questões como O que é a alma e onde ela está? O que possuímos ao nascer? Como conhecemos? Qual é a natureza humana?

Sua identidade atual é muito mais recente e nasceu em meio a ebulição científica na Europa do século XIX, tendo sido preciso se reinventar para atender aos critérios de cientificidade daquele tempo histórico e se constituir como ciência independente. A ciência nascida na Europa do século XIX ao desembarcar nos EUA do século XX foi demandada a torna-se um campo aplicado, onde passa a assumir um lugar social a partir de práticas psicológicas.

A partir do momento em que um conjunto de teorias e práticas vão sendo reconhecidas pelo corpo ampliado dos sujeitos que convivem em determinado tempo e cultivam de mesmos costumes, elas passam a influenciar as formas de reprodução da vida, pois tornam-se parte da cultura. Discutir a Psicologia como produto e matéria-prima da Cultura humana é reconhecê-la a partir de duas importantes características: a diversidade de suas produções e sua origem e continuidade histórica, refletindo a relação dialética entre as demandas e necessidades do conjunto ampliado da sociedade em dado tempo histórico.

Nesta obra, a consciência histórica da Psicologia é cobrada na qualidade ou condição de ser contemporânea, isto é no desafio de se reconhecer como parte da construção de seu próprio tempo histórico, a partir de reflexões e produções teóricas e práticas que abordam questões históricas, mas que se tornam emergentes na medida que nosso tempo histórico ousa enfrentá-las. Uma obra como essa é sempre muito importante porque traz ao centro do debate sobre a vida coletiva em sociedade e a concretude das condições de vida dos sujeitos, as quais são objeto de abordagem e análise. Em resumo, trata-se de introduzir uma discussão histórica, sociológica e filosófica a respeito do mundo que vivemos, das formas dominantes de existir no mundo e de como as PsicoLOGIAS contemporâneas são modos de tomar partido em relação às situações da vida cotidiana (FIGUEIREDO, 2015, p.30).

Dentro deste livro, estão contidas produções necessárias ao contexto contemporâneo, produções com posicionamento ético e também político diante de uma grande diversidade de temas e abordagens realizadas pelos autores. Assim, a diversidade de temas que o leitor encontrará nessa obra se une na medida que os debates estão sempre permeados pela posição ética e pela consciência de que a Psicologia tem responsabilidade com seu tempo histórico e com a vida coletiva.

Como a história segue seu próprio curso e qualquer tentativa de controle e previsão

sobre ela se mostram limitados, é necessário antes de tudo assimilar a contribuição importante do campo teórico e político da psicologia social, a qual revela que não há neutralidade na ciência e na prática da psicologia, uma vez que ela ou fornece elementos para a manutenção da estrutura social vigente ou para a transformação no modo de vida e da maneira de conceber os diferentes sujeitos na sociedade.

Desejemos aos leitores que desfrutem dessa obra e se deixem inundar com a profundidade dos artigos que seguem.

Juliano Del Gobo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
MULHER E TRABALHO: UM ESTUDO PRELIMINAR DO JÁ-DITO ESTEREOTIPADO	
<i>Rosângela Rocio Jarros Rodrigues</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819121	
CAPÍTULO 2	15
PSICOLOGIA, PODER E SEXUALIDADE: A FIGURA CONTEMPORÂNEA DO INTERSEX E AS NOVAS PRÁTICAS DE SUBJETIVAÇÃO	
<i>Jônatas Mota Leitão</i>	
<i>Luiza Maria Silva de Freitas</i>	
<i>Paulo Germano Barrozo de Albuquerque</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819122	
CAPÍTULO 3	30
POVOS ORIGINÁRIOS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: A QUESTÃO DA TERRA	
<i>André Valécio</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819123	
CAPÍTULO 4	42
IDENTIDADE MASCULINA NA CONTEMPORANEIDADE: NOVAS SÍNTESES DIALÉTICAS	
<i>João Pedro Vilar Nowak de Lima</i>	
<i>Jeferson Renato Montreozol</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819124	
CAPÍTULO 5	54
O SABER PSICOLÓGICO E A ADOLESCÊNCIA: A NECESSIDADE EM CONSIDERAR INTERSECCIONALIDADES	
<i>Isadora Oliveira Rocha</i>	
<i>Gláucia Ribeiro Starling Diniz</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819125	
CAPÍTULO 6	68
DA CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO À INSPIRAÇÃO DE UMA PRÁTICA GRUPAL: CONTRIBUIÇÕES DE BAKHTIN	
<i>Barbara Maria Turci</i>	
<i>Eliane Regina Pereira</i>	
<i>Emerson Fernando Rasera</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819126	
CAPÍTULO 7	80
ENTRE TELAS E CENAS DA RUA: A MEDIAÇÃO AUDIOVISUAL NO ENCONTRO COM VIDAS OUTRAS NAS CIDADES	
<i>Allan Henrique Gomes</i>	
<i>Orlando Afonso Camutue Gunlanda</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819127	
CAPÍTULO 8	95
O QUE PODE O CORPO EM CENA NA CIDADE?	
<i>Antônio Vladimir Félix-Silva</i>	
<i>Cássio Marques Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.1621819128	

CAPÍTULO 9 109

ENTRE O PROTAGONISMO JUVENIL E A TUTELA DA JUVENTUDE: POSSIBILIDADES DA PARTICIPAÇÃO E SUBJETIVAÇÃO POLÍTICA

Lara Brum de Calais

Juliana Perucchi

DOI 10.22533/at.ed.1621819129

CAPÍTULO 10 125

MEMÓRIA E MILITÂNCIA FEMINISTA NO ENFRENTAMENTO DA HUMILHAÇÃO SOCIAL

Mariana Luciano Afonso

DOI 10.22533/at.ed.16218191210

CAPÍTULO 11 130

ENFRENTAMENTOS, RESISTÊNCIAS E SOBREVIVÊNCIAS NOS RAPS DO GRUPO REALIDADE NEGRA DO QUILOMBO DO CAMPINHO DA INDEPENDÊNCIA

Renata Câmara Spinelli

DOI 10.22533/at.ed.16218191211

CAPÍTULO 12 147

RODAS DE CONVERSA DIALÓGICAS: O ESPAÇO DA LIBERDADE PARA DIZER A PALAVRA

Erlândia Silva Pereira

Maristela de Souza Pereira

Rogério de Melo Costa Pinto

Helena Borges Martins da Silva Paro

DOI 10.22533/at.ed.16218191212

CAPÍTULO 13 162

DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E ESTEREÓTIPOS NA CONSTRUÇÃO DO AUTOCONCEITO DE CRIANÇAS

Erik Cunha de Oliveira

Saulo Santos Menezes de Almeida

Juliana Souza Vaz Ribeiro

Alexsandro de São Pedro Santiago

DOI 10.22533/at.ed.16218191213

CAPÍTULO 14 171

DA PATOLOGIZAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS EM DOCUMENTOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS

Roberta Cristina Gobbi Baccarim

Grazielle Tagliamento

DOI 10.22533/at.ed.16218191214

CAPÍTULO 15 186

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Anita Guazzelli Bernardes

DOI 10.22533/at.ed.16218191215

CAPÍTULO 16 196

A CONSTRUÇÃO DA FAMÍLIA HOMOPARENTAL E A SUA PRESENÇA NA LITERATURA INFANTIL

Hudson Henrique de Oliveira Masferrer

Emerson Fernando Rasera

DOI 10.22533/at.ed.16218191216

SOBRE O ORGANIZADOR 210

CAPTURA E REGULAÇÃO: INVESTIMENTOS BIOPOLÍTICOS NA SAÚDE DA POPULAÇÃO TRANS

Júlia Arruda da Fonseca Palmiere

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS

Anita Guazzelli Bernardes

Universidade Católica Dom Bosco
Campo Grande - MS

RESUMO: Este texto objetiva problematizar condições de acesso ao Processo Transexualizador via Sistema Único de Saúde (SUS), considerando modos de investimento biopolítico voltados à população trans. Para isto, parte de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e da Saúde. Como estratégia metodológica, fez-se uso do rastreamento de materiais bibliográficos e documentais referentes à temática, apoiando-se em ferramentas conceituais de Michel Foucault, como subjetividade, verdade e governamentalidade, desenvolvidas na relação entre governo da vida e ética. As discussões focalizam nas práticas psicológicas e biomédicas que coexistem ao longo do Processo, o que possibilita discutir movimentos de regulação das experiências de transição de gênero e readequação do sexo, considerando o modo como estas práticas tornam possível certas formas de relação com a vida. O itinerário de pesquisa permitiu compreender que o acesso a determinadas tecnologias é condicionado às práticas trans-específicas, que operam na lógica da patologização e regulação das identidades trans. Através de relações entre saber e poder criam-se condições para que os sujeitos se adequem aos parâmetros de inteligibilidade de gênero. Portanto, as práticas psicológicas se encontram comprometidas com a normalização e regulação de existências, o que fragiliza possibilidades de operacionalizar ações voltadas à potencialização destes corpos no mundo. Assim, as discussões apresentadas contribuem para reflexões ético-políticas sobre a Psicologia e suas práticas na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Biopolítica; Subjetividade; Processo Transexualizador;

ABSTRACT: This text aims to problematize conditions of access to the Transexualization Process via the Unified Health System, considering biopolitical investment at the trans population. For this, the analyses start from a poststructuralist perspective of Social and Health Psychology. As a methodological strategy, we use the bibliographical and documentary materials related to the thematic, based on Michel Foucault's conceptual tools, such as subjectivity, truth and governmentality, developed in the relationship between government of life and ethics. The discussions focus on the psychological and biomedical practices that coexist throughout the Process, which makes possible to discuss movements to regulate the experiences of gender transition and gender readjustment, considering how these practices make possible certain forms of relationship with life. The research itinerary allowed us to understand that access to certain technologies is conditioned to the trans-specific practices, which operate in the logic of the pathologization and regulation of trans identities. Through relationships between knowledge and power, are created some conditions that make possible for subjects to adapt to the parameters of gender intelligibility. Therefore, psychological practices are compromised with the normalization and regulation of existences, which weakens possibilities of operationalizing actions aimed at the potencialization of these bodies in the world. Thus, the discussions presented contribute to ethical-political reflections on Psychology in present.

KEYWORDS: Biopolitics; Subjectivity; Transexualization Process; Psychology.

1 | INTRODUÇÃO

Este texto objetiva problematizar condições de acesso ao Processo Transexualizador via Sistema Único de Saúde (SUS), considerando modos de investimento biopolítico voltados à essa população. O SUS nomeia como Processo Transexualizador os diferentes procedimentos empreendidos para mudanças corporais e readequação do sexo, tais como cirurgias e hormonioterapias. Parte-se de uma perspectiva pós-estruturalista da Psicologia Social e da Saúde, apoiando-se em ferramentas conceituais foucaultianas como subjetividade, verdade e governamentalidade, desenvolvidas na relação entre governo da vida e ética. Como estratégia metodológica, fez-se uso do rastreamento de materiais bibliográficos e documentais referentes à temática, considerando movimentos e jogos de força que produzem determinados fenômenos (KASTRUP, 2007). A partir disto, o campo de análise se aproximou de elementos discursivos sobre as experiências de transição de gênero, como a Portaria nº 457/GM, de 2009, Portaria SAS/MS nº 1.707, de 2008 e a Resolução do Conselho Federal de Medicina, nº 1.652, de 2002, considerando o modo como estas materialidades se tornam investimentos biopolíticos.

O nomeado Processo Transexualizador, que implica a readequação do sexo no

âmbito da política pública, foi regulamentado a partir do reconhecimento da vulnerabilidade da população transexual no país (BRASIL, 2008). Foram definidas diretrizes técnicas e éticas para sua realização, reconhecendo a identidade de gênero e orientação sexual como parte dos determinantes e condicionantes de saúde. A transexualidade aparece enquanto fenômeno ao qual se direcionam práticas heterogêneas. Ela aparece como categoria identitária, que marca modos de experimentar a relação com a vida. Deste modo, a transexualidade, aqui, é tomada como fenômeno a ser analisado no território existencial do Processo Transexualizador, no qual é performada de múltiplas maneiras, através das práticas que se articulam nas políticas de saúde, direcionando atenção específica aos corpos transexuais. Definiu-se três dimensões no âmbito dos serviços a serem prestados: a psíquica, a médico-biológica e a social (BRASIL, 2008). Essas três dimensões performam a transexualidade, produzindo o modo como a entendemos em nosso tempo histórico.

Este texto discute acerca das práticas psicológicas e biomédicas, considerando aquilo que produzem em termos de subjetividade e relação com o gênero e a sexualidade. As reflexões permitem problematizar movimentos de regulação das experiências de transição de gênero, considerando o modo como as práticas operacionalizadas no Processo Transexualizador tornam possível certos modos de relação com a vida, produzindo subjetividades marcadas por investimentos biopolíticos direcionados à gestão da transexualidade. Refletir sobre os modos de atuação da Psicologia nos processos de transição de gênero contribui para a composição de práticas voltadas ao compromisso ético-político com a diversidade das formas de viver e experimentar a relação com o gênero e com o corpo.

2 | FENÔMENO TRANSEXUAL: PRÁTICAS PSICOLÓGICAS E BIOMÉDICAS

As práticas psicológicas, relacionadas à dimensão psíquica do Processo Transexualizador, direcionam-se à identificação da demanda, terapia compulsória por no mínimo 2 anos e o estabelecimento do diagnóstico de Disforia de Gênero, presente no Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais - DSM-V (Associação Americana de Psiquiatria [APA], 2014). A primeira forma de amparo ao usuário que busca os serviços de saúde como “candidato” à transição de gênero é o acolhimento inicial por um profissional da Psicologia. Posteriormente, realiza-se anamnese durante as entrevistas iniciais, visando extrair as seguintes informações: histórico de como o sujeito passou a se identificar enquanto transexual, histórico das fases do desenvolvimento, histórico patológico e diagnóstico psicodinâmico (BRASIL, 2008). De acordo com pesquisa de Berenice Bento (2006) sobre a experiência de passar pelo Processo, há uma rotina de sessões psicoterápicas e testes psicológicos que se estabelece após as primeiras entrevistas. Período que é marcado por medo e esperança, pois, vislumbram-se novas possibilidades de vida a partir de sua

“aprovação” no Processo e conseqüentemente, intervenções biomédicas que tornam possíveis alterações no fenótipo.

Caso seja identificado que o usuário possui perfil para dar continuidade ao Processo, inicia-se o acompanhamento terapêutico, com objetivo de auxiliar o indivíduo no processo de elaboração de sua condição de sofrimento pessoal e social, além de estabelecer o diagnóstico. O parecer diagnóstico será declarado por um psicólogo ou médico psiquiatra, após o período de terapia compulsória, definindo se o usuário possui ou não Disforia de Gênero. O diagnóstico é fator viabilizador ou impeditivo da continuidade no Processo, pois, é necessário que o indivíduo possua a patologia para adquirir acesso aos demais serviços disponibilizados, como intervenções cirúrgicas.

Com isto, é possível considerar que as práticas psicológicas performam a transexualidade enquanto um modo anormal de existência e relação com o corpo. A necessidade de diagnosticar uma doença regula as condições de acesso aos serviços. Isto permite discutir sobre estratégias de gestão do gênero e da sexualidade. Para Foucault (2015) o saber científico ocidental moderno funcionou em um movimento de classificação das sexualidades, diagnosticando e rastreando sintomas das existências que escapavam a normalidade instituída. Deste modo, procedimentos científicos de extração de verdade sobre a relação que os sujeitos estabelecem com a sexualidade foram estabelecidos, constituindo uma espécie de “ciência-confissão”, a partir da qual seria possível diagnosticar problemáticas\desvios\anormalidades, para estabelecer intervenções terapêuticas, objetivando sua normalização. Será denominada de *scientia sexualis* essa economia dos discursos, que possui efeitos de poder através das tecnologias e práticas que serão direcionadas aos indivíduos.

O aparecimento do “fenômeno transexual” na literatura médica já se apresentava desde a metade do século XIV, quando discursos começam a se direcionar a classificação diagnóstica de experiências que escapavam às normas de inteligibilidade sexual e de gênero, como transexuais, gays, lésbicas e travestis, acompanhado de modelos apropriados de tratamento (BENTO, 2006). Mas no século XX isso irá se intensificar e, segundo o autor, em relação à transexualidade, na década de 50, surgem publicações referentes ao que seria o “fenômeno transexual”, como parte desta economia de discursos sobre a sexualidade justamente em razão, entre outras, de readaptações sexuais cirúrgicas que começam a ser feitas. Nessa esteira, a transexualidade passa a ser compreendida como psicose ou desordem narcísica pela linguagem psiquiátrica e psicanalítica, adquirindo forma de anormalidade e sendo alvo de discursividades do saber psiquiátrico (LIMA, 2014). A Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Associação Americana de Psiquiatria (APA) colocaram a transexualidade no capítulo sobre Transtornos Mentais e Comportamentais na 10ª edição do Código Internacional de Doenças e Problemas Relacionados a Saúde e até 2014 no capítulo sobre Transtornos da Identidade Sexual no DSM-IV, respectivamente.

No movimento de classificação das sexualidades, o endocrinologista Harry Benjamin traz, em 1953 a noção de “Transexual Verdadeiro”, considerando que

transexuais seriam aqueles que apresentam desejo de pertencer e viver todo o tempo enquanto pessoa do sexo oposto; vivem em intenso mal-estar de gênero; e sentem aversão por seus órgãos genitais, propondo, então, como alternativa terapêutica intervenções cirúrgicas, como a transgenitalização (BORBA, 2014). A investigação dos profissionais de Saúde Mental no Brasil acerca de sintomas nos indivíduos transexuais é norteadada por essa noção de Transexual Verdadeiro, pois, tal concepção está presente na sintomatologia diagnóstica de Disforia de Gênero e nas diretrizes do Conselho Federal de Medicina – CFM (2002), que determina como condição para os tratamentos de ordem médica que o paciente seja portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição ao fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio.

Com isto, as práticas biomédicas no âmbito do Processo Transexualizador seguem as diretrizes do CFM (2002) acerca das “cirurgias de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários”. Dessa forma, as intervenções são dependentes do diagnóstico de Disforia de Gênero. A clínica da transexualidade se desenvolveu a partir de intervenções médicas em indivíduos intersexuais, pautadas no binarismo de gênero e nos saberes que afirmavam a existência de dois gêneros como naturais, associando-os ao sexo biológico, feminino ou masculino (LIMA, 2014).

As pessoas transexuais adquirem reconhecimento enquanto categoria identitária a partir da busca por tratamentos cirúrgicos (BENTO, 2006). Em anexo, a Portaria SAS/MS nº 457, de 2008, traz a necessidade de acompanhamento terapêutico para elaboração da ansiedade referente à cirurgia de transgenitalização, que costuma ser vista como uma espécie de “salvação” por aqueles que buscam o processo. Isto torna as práticas biomédicas elementos centrais do Processo, pois, contribuem para visibilidade e possibilidade de articulação da experiência transexual como doença e a necessidade cirúrgica para seu tratamento.

A inteligibilidade da transexualidade nas últimas décadas é indissociável de seus suportes tecnológicos. Esta experiência teve dentre suas condições de possibilidade o desenvolvimento da endocrinologia e elementos biotecnológicos na primeira metade do século XX (LIMA, 2014). O DSM-V considera o período de pós-transição como aquele em que o indivíduo já realizou “pelo menos um procedimento médico ou um regime de tratamento transexual (...) tratamento hormonal transexual regular ou cirurgia de redesignação de gênero” (APA, 2014, p. 493), o que marca a centralidade das intervenções cirúrgicas para a visibilidade das pessoas trans, estabelecendo uma relação entre transexualidade e patologia. Ou seja, a possibilidade de tornar-se outro, de ter um outro corpo, justificaria-se por uma condição patológica marcada pela relação inadequada com um corpo dado biologicamente.

3 | NATURALIZAÇÃO DO BINARISMO NOS PROCESSOS DE TRANSIÇÃO DE GÊNERO

Diante do exposto, a transição de gênero se associa à incorporação física e performática do gênero atribuído ao sexo oposto, de modo binário. Conforme explica a filósofa Judith Butler (2003), a partir do século XVIII, o binarismo de gênero é anunciado pelo discurso médico-científico, instituindo o sexo biológico feminino e masculino, enquanto materialidades naturais do humano e em oposição excludente. Isto cria condições para que a transexualidade apareça como recusa ao gênero atribuído ao sexo biológico, portanto, recusa à normalidade. Assim, ela adquire status de anormalidade, configurando-se como patologia. “Seguramente os corpos vivem, morrem, comem e dormem, sentem dor, prazer, suportam doença e violência, e esses factos, pode-se proclamar cepticamente, não podem ser desmobilizados como mera construção” (BUTLER, 1993 APUD MARTINS, 2015, p. 266), mas a materialidade dos corpos é atravessada por lógicas discursivas que determinam como aquilo que é biológico será compreendido. O corpo tem sido entendido como anterior a qualquer significação histórico-social, mas a representação e a linguagem o atravessam delimitando contornos e formas de inteligibilidade, sendo o sexo biológico parte das construções a respeito de sua materialidade.

O saber médico científico se tornou elemento importante de enunciação do corpo, configurando-se como instrumento do biopoder, ao passo que suas compreensões funcionam como regimes de veridicção instituídos, produzindo efeitos em termos de produção de subjetividade. Isto oferece condições para que práticas reguladoras do gênero e da sexualidade incidam, enquanto estratégias biopolíticas, no corpo e na subjetividade dos indivíduos, buscando enquadrá-los no que Butler (2003) denomina matriz de inteligibilidade de gênero. Essa matriz se caracteriza como um conjunto de normas presentes no interior da estrutura discursiva sobre as sexualidades. Normas que circulam no campo social tendo por finalidade produzir sujeitos coerentes no que tange sexo biológico\gênero\delejo.

Desse modo, os indivíduos aos quais se atribui o sexo biológico masculino devem ter a masculinidade como performance de gênero, desempenhando posturas sociais associados à concepção de homem e, também, sentir delejo sexual por mulheres, o sexo oposto. Isto aparece em um dos sintomas atribuídos à Disforia de Gênero: “forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos de outro gênero” (APA, 2014), o que marca a patologização dos modos não binários de performar o gênero e a sexualidade.

As existências que escapam à lógica da matriz de inteligibilidade tendem a ser marginalizadas e não reconhecidas socialmente. Uma rede discursiva sobre o sexo biológico e o gênero criam condições para que aqueles que não conformam esse padrão binário e heteronormativo sofram discriminações, sanções e exclusões, pois, esta matriz está codificada por diversas instituições e opera através de práticas heterogêneas, codificando os sujeitos através da perspectiva binária e heteronormativa, estruturando

territórios sociais, políticos e culturais. Assim, a identidade dos sujeitos se torna privilegiada socialmente ao se enquadrar em parâmetros binários e heteronormativos.

É importante considerar que a adequação ou não adequação a esta matriz não se dá de forma total, mas, estabelece-se uma relação com sua lógica, de acordo com o grau de intensidade em que se enquadra ou se parece enquadrar na linearidade sexo\gênero\delejo. Isto permite considerar que uma pessoa cuja performance de gênero escapa aos parâmetros de inteligibilidade, relacionados ao sexo biológico que lhe foi atribuído, está menos enquadrada na matriz de inteligibilidade de gênero e tende a sofrer maior sanção social antes de passar por um processo de transição de gênero, pois, anteriormente, as diferenças no fenótipo são observáveis, marcando a não adequação às normas de gênero. Já posteriormente, a não conformação com os parâmetros pode se tornar invisível socialmente, mediante intervenções cirúrgicas, aquisições hormonais e incorporação de novos agenciamentos em relação às performances de gênero instituídas socialmente. Isto aparece na Portaria, SAS\MS nº 457, de 2008, que apresenta como objetivo do Processo Transexualizador, a transformação do fenótipo masculino para o feminino ou do feminino para o masculino (BRASIL, 2008), portanto, uma transição binária, que permite incorporar modos socialmente inteligíveis de existir.

A Psicologia, apoiada em uma modalidade de ciência moderna, constituirá parte desse discurso biomédico sobre o corpo. Isso significa que algumas práticas psicológicas são tanto tributárias da racionalidade biomédica quanto contribuem para o fortalecimento da mesma. A Psicologia não é um bloco homogêneo de teorias, mas a forma como entra e incorpora o “fenômeno transexual” no seu discurso opera com uma racionalidade que reforça a perspectiva de naturalização do sexo biológico, que pautará a justificativa das concepções de sujeito, subjetividade e das relações com sexo, sexualidade e gênero. Desse modo, práticas psicológicas são amalgamadas com práticas biomédicas constituindo uma realidade de corpos naturalizados biologicamente.

De acordo o material analisado, um dos aspectos psicossociais que devem ser acompanhados pela Psicologia nas pessoas trans se refere à vivência social da feminilidade ou masculinidade, acompanhando os “aspectos conflituosos sociais e psicológicos que decorrem da vivência do papel feminino ou masculino da pessoa transexual nos diversos grupos sociais dos quais ela faz parte” (BRASIL, 2008). Como aparece no DSM-V, o período de pós-transição de um processo de transexualização é aquele no qual “o indivíduo fez uma transição para uma vida em tempo integral no gênero desejado” (APA, 2014, p. 493), marcando uma normalização dos corpos, pautada no binarismo de gênero.

Apartir do modo como as práticas psicológicas e biomédicas são operacionalizadas nos processos de transição de gênero, é possível considerar que alguns elementos, como os dois anos de terapia compulsória, necessidade de laudo diagnóstico pautado na noção de Transexual Verdadeiro e outros elementos discursivos que aparecem nas

políticas direcionadas às pessoas trans, criam condições para controle e regulação dos modos desta população transicionar o gênero. Assim, no âmbito do Processo Transexualizador, através de investimentos biopolíticos, o sujeito tem sua identidade regulada, por práticas psicológicas e biomédicas que instituem como ele deve experimentar a existência.

A transexualidade, enquanto fenômeno, passa por um processo de naturalização, a partir dos diversos saberes e práticas que a ela se direcionam, passando a existir dentro do campo médico e psiquiátrico enquanto patologia a ser “medicalizada”. Apoiando-se nas discussões de Foucault (2010) sobre o dispositivo da sexualidade, entende-se que a partir do contato da população com as práticas psicológicas, voltadas à psicoterapia, uma série de procedimentos se desdobram, marcando a necessidade de terapêuticas curativas.

O indivíduo deve performar sintomas relacionados ao modelo de “Transexual Verdadeiro” para ser considerado portador de uma patologia específica que lhe permite ter acesso a determinados serviços de saúde. A transição se torna possível dentro de uma grade de inteligibilidade específica, que produz modalidades de existência. Para Bento (2006), o “candidato” aprende o que é ser transexual, aprende a performar um novo gênero em parâmetros legitimados ao longo dos dois anos de terapia compulsória e através de outros mecanismos de regulação. Assim, esse fenômeno, apesar de circunscrito pelo campo da patologia, considerado anormal, passa a ser objetivado em linhas de normalidade. Estratégias de normalização se tornam necessárias para regular de que forma esse fenômeno pode existir. Ou seja, classifica-se e esquadrinha-se aquilo que é anormal, não para eliminá-lo, mas para exercer controle, estabelecendo modos de normalização da anormalidade.

Deste modo, a movimentação da plasticidade corporal é permitida desde que as transformações se deem acompanhadas da possibilidade de reatualização dos regimes de verdade sobre a naturalidade do binarismo de gênero. Ou seja, desde que em concordância com linhas de normalidade, traçadas por saberes médicos e psicológicos, que inscreveram verdades sobre a materialidade biológica. Com isto, as possibilidades de movimentação dos corpos se entrecruzam com investimentos biopolíticos, o que implica considerar jogos de governo dos corpos. O gênero não é uma identidade estável, ele se constitui pela repetição estilizada de atos, pautados em verdades sobre as performances de gênero, sedimentadas ao longo do tempo e tidas como verdades naturais intrínsecas ao ser humano, como aponta Butler (2003). Agir enquanto homem ou mulher é reatualizar e colocar em funcionamento uma série de verdades sobre o gênero, que se tem como naturais e inerentes ao ser humano. Assim, o Processo Transexualizador, como escrito anteriormente, opera considerando um modelo de Transexual Verdadeiro, inscrevendo tecnologias sobre os corpos trans, a fim de torna-los adequados as concepções de gênero e as categorias binárias do sexo.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises empreendidas, é possível considerar que o território existencial do Processo Transexualizador compõem-se por práticas heterogêneas, que criam condições para regulação da transexualidade, enquanto fenômeno. O modo como se dá o acesso aos serviços de saúde é condicionado às práticas reguladoras das identidades trans, assim, relações entre saber e poder colocam as pessoas transexuais em negociação com as condicionalidades impostas pela política de saúde. Mecanismos biopolíticos de administração da vida são direcionados aos que buscam acessar os serviços disponibilizados pela Saúde Pública.

Com base nessas considerações, percebe-se um duplo movimento se desenrolar ao longo do Processo. O primeiro, de desestabilização das verdades naturalizadas sobre a materialidade dos corpos, ao passo em que há possibilidade de transformações de uma dimensão biológica do humano, mediante a utilização de tecnologias, sobretudo, as biotecnológicas. O segundo, de regulação e controle dessa desestabilização, a partir da captura dos corpos trans por um conjunto heterogêneo de práticas trans-específicas, que criam condições para que os sujeitos se experimentem no interior da matriz de inteligibilidade de gênero. Deste modo, reatualizam-se discursos sobre o binarismo de gênero, reafirmando a feminilidade e masculinidade como únicas modalidades possíveis de existência.

A Psicologia, ao operacionalizar práticas de patologização, com base em parâmetros normativos acerca dos modos de experimentar o gênero, como condição para o acesso a determinados serviços e tecnologias de saúde, cria condições para que os sujeitos se enquadrem aos parâmetros de inteligibilidade de gênero. Portanto, suas práticas se encontram comprometidas com a normalização e regulação de existências, o que fragiliza possibilidades de operacionalizar ações voltadas à potencialização destes corpos no mundo, para além da manutenção de modos de viver. Assim, as discussões apresentadas contribuem para refletir sobre implicações éticas e políticas da Psicologia e suas práticas na atualidade.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-V – Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Coleção sexualidade, gênero e sociedade. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BORBA, R. **(Des)aprendendo a “ser”**: trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador. Tese de Doutorado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: C. Brasileira, 2003.

BUTLER, J. Desdiagnosticando o gênero. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 95-126. 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 457/GM, de 19 de agosto de 2008**. Diário Oficial da União. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 2.836, de 1º de dezembro de 2011**. Brasília, Ministério da Saúde, 2011.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.652 de maio de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo**. Diário Oficial da União, 2002.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Os anormais**. Curso no Collège de France. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2010.

_____. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo: Ed Paz e Terra, 2015.

KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**. v. 19, n. 1, p. 15-22. 2007.

LIMA, F. **Corpos, gêneros, sexualidades: Políticas de Subjetivação**. Porto Alegre: Editora Rede Unida, 2014.

MARTINS, B. S. A reinvenção da deficiência: novas metáforas na natureza dos corpos. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 3, p. 264-271. 2015.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-016-2

